

---

BUENOS AIRES – Sessões Matutinas do GAC  
Quarta-feira, 24 de junho de 2015 – 9h30 às 12h30  
ICANN – Buenos Aires, Argentina

CHAIR SCHNEIDER: Por favor, ocupem seus lugares. Vamos ver, não vamos discutir, não vamos falar como estava na agenda, sobre o CWG, porque a carta vai sair hoje de manhã, então não vamos falar sobre isso. Vamos continuar falando sobre o que começamos a falar ontem, que tem a ver com as perguntas e tentar obter algumas respostas para informação de todos. O plano original dizia pausa de café às 10h30. Na verdade, não sei o que vamos fazer. O que vamos fazer, é que os co-presidentes do CCWG vão estar aqui, junto com especialistas jurídicos, legais, e eles vão poder falar sobre tudo quanto começou a acontecer desde sexta-feira passada, vamos poder formular perguntas, e todo o resto da manhã vamos dedicá-lo ao trabalho e nossa contribuição ao trabalho do CCWG. Ontem houve uma boa troca, recebemos algumas respostas para as primeiras perguntas. Então vamos passar agora para a segunda das perguntas, que diz... Irã?

IRÃ: Obrigado, Thomas. Antes de passar para a segunda pergunta, ontem falamos sobre a decisão dos temas que iriam ser colocados perante o board. Houve dois temas que tinham a ver com a transição e a prestação de contas, a idéia era colocá-los no final. Agora, um desses

---

**Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.**

---

foi levado em consideração e outro não, se passou diretamente para o último. Acho que no futuro, acho que nós tivemos uma troca em privado que não vou discutir novamente em público, mas acho que devemos continuar a agenda, tal como estava colocada. Em verdade, é uma grande desilusão não ter feito o que fizemos ontem. Não vou fazer nenhuma escalada, eu dei meu ponto de vista e o senhor deu o seu ponto de vista, não vou responder em público.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado, Irã. Acho que houve um mal entendido. Quando nós acabamos de falar sobre a transição da custódia das funções da IANA que fez a Noruega, disse vamos continuar com o seguinte ponto na agenda, e eu passei a palavra. O senhor falou, e é verdade, disse uma coisa muito breve, disse que queria encorajar as pessoas a participarem no CCWG, porque achava que era um trabalho muito importante, e o senhor acabou, e houve outras pessoas que falaram. Eu tenho uma percepção diferente, peço que por favor veja a transcrição dessa reunião, mas sim, passei a palavra sim, fiz a apresentação desse ponto na agenda, o senhor falou e depois falaram outras pessoas.

IRÃ:

Thomas, não há problemas. Não vou pegar tempo dessa reunião, mas sejamos francos e sigamos a agenda ponto a ponto.

---

CHAIR SCHNEIDER: Isso foi o que eu fiz. Vamos voltar para as perguntas que estão na tela, como disse. Não vamos fazer uma redação, nem vamos falar da redação exata dessas perguntas, mas talvez possamos modificá-las para estar em sintonia com o que nós temos que discutir ou que queremos discutir. Então, proponho ler em voz alta a seguinte pergunta, e ver se isso realmente capta o espírito do que queremos discutir. A proposta é, o GAC quer participar no mecanismo de empoderamento da comunidade como uma organização com lugares com votos, ou quer ter um papel de assessoria, como tem atualmente, à respeito do board da ICANN? Aqui, o que tentamos ver, os pontos de vista que tem os membros do GAC à respeito do GAC, da ICANN, é para futuro. Irã?

IRÃ: Obrigado senhor presidente. Talvez teríamos que rever as perguntas, porque diz participar no mecanismo de empoderamento da comunidade. Isso não tem nada a ver com o tema, disse o GAC continua sendo assessor ou não. Se pode ser assessor mas também ter direito a voto sobre o empoderamento. Não estamos falando do voto no board da ICANN. Neste momento não temos essa faculdade. Talvez tenhamos que tiver a pergunta. Em primeiro lugar, o GAC quer ser membro de algum desses acordos de participação como membro, que possam se dar no futuro? E em segundo lugar, o GAC pode ter a possibilidade de votar, o direito a voto em qualquer área de empoderamento. Estamos misturando as coisas aqui, o voto no board ou ser assessor ou não, porque isso não tem nada a ver. No estatuto,

---

os seis poderes que mencionamos, as sete SO e AC aí podem participar nos procedimentos que se votam, não tem nada a ver então com o estado que tem. Então isso é o que eu quero colocar em relação com o CCWG. Considerem para ver como é que podem fazer uma resposta. Acho que devemos formular bem a pergunta.

CHAIR SCHNEIDER:

Sim, isso ajuda a esclarecer a situação da pergunta. Vamos tentar ver se nós refletimos bem. O GAC, em primeiro lugar, quer participar numa estrutura com base nos membros, ou mecanismo de empoderamento? Não sei, de alguma maneira, como para que apareça o tema dos membros na primeira parte da pergunta. E a segunda, se entendi bem, tem a ver com se o GAC tem direito a voto, alguém pode esclarecer a segunda parte da pergunta para poder captá-la bem?

IRÃ:

Que fique claro, ainda não falamos sobre nenhum acordo no CCWG como será no futuro. Mas segundo eu ouvi, eles querem colocar no estatuto que cada uma das sete organizações SO e os AC's, comitês assessores, vão ter a possibilidade de votar em qualquer um dos empoderamentos sem importar o seu estado. Se tem um diretor com direito a voto ou não. O direito está ali no estatuto. Se nós queremos exercer esse direito, podemos formular a pergunta, mas não precisamos respondê-la agora, porque se o direito está incluído no estatuto, segundo o que se está discutindo no CCWG, podemos exercer esse direito a qualquer momento. Algumas vezes podemos querer

---

exercê-lo, outras não, para a pergunta A, podemos dizer sim, queremos exercer, e para a pergunta B, que não interessa ao GAC, podemos dizer que não, que não vamos exercer. Acho que são perguntas gerais, que não precisam de uma resposta neste momento. A maneira em que está formulado é assim. Mas não discutimos e acho que devemos esclarecer bem que o tema é o empoderamento da comunidade. É diferente do tema do estado ou capacidade, porque temos o direito a tomar um tema e escalá-lo para outro nível, que tem a ver com a participação como membro. Queremos ser membro ou não? Alguns AC's e outras SO's disseram que não querem ser membro, disseram isso informalmente. A pergunta é se o GAC quer ser membro ou não em qualquer tipo de acordo que se queira estabelecer. Temos que responder em geral, porque não sabemos qual é a situação, vamos discutir entre hoje e amanhã.

CHAIR SCHNEIDER:

Então vamos a tela e ver se lá reflete, se mostra o texto dos empoderamentos da comunidade na qual quer participar o GAC. Países Baixos quer dizer alguma coisa.

PAÍSES BAIXOS:

Obrigado senhor presidente. Em lugar de modificar a redação, acho que devemos reagir às propostas que mudam permanentemente e aquelas que não. Acho que o GAC teria que dar uma resposta ao grupo de trabalho CCWG em Dublin que teria que estar alinhado com o que disse o Brasil hoje de manhã. Em lugar, ou seja qual for o mecanismo

---

que se adotaram, o princípio teria que ser que o GAC deveria ter capacidade de dar assessoria sobre a política pública. Em lugar de reagir perante qualquer mecanismo, nós teríamos que mencionar esse princípio em algum lugar. O tema vai nos limitar ou dar mais poder, esse não é o tema. O tema é qualquer que seja o mecanismo a adotar, nós temos que ter o direito de exercer as nossas faculdades, que não apenas, e acho que daí é que são muito importantes, porque se os estatutos nos restringem a dar assessoria somente ao board, obviamente vai se produzir uma mudança, porque haverá uma mudança de poderes.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado. Antes de passar a palavra à Suíça, Irã e Brasil, acho que se o terceiro elemento da pergunta, e tentamos captar se nós queremos continuar dando assessoria, deixando em claro que isso tem a ver com qualquer estrutura do futuro. Seja qual for essa estrutura, se nós queremos continuar dando assessoria, e como devemos oferecê-la. Eu acho que isso é o que o senhor queria dizer. Suíça agora.

SUÍÇA:

Obrigado, senhor presidente. Acho, alinhado como mencionado pelos Países Baixos, antes de responder perguntas específicas sobre a maneira real da proposta que se está a debater na CCWG, nós temos que formular a pergunta qual é o nosso papel na nova estrutura, no novo âmbito, nos novos processos, no novo equilíbrio da comunidade. Qual é o papel que nós queremos ter. E é por isso que precisamos de

---

uma pergunta geral, em primeira instância, que diga por escrito como os diferentes membros do GAC veem o seu papel no futuro como GAC no novo quadro, no novo contexto. Nós não podemos apenas responder perguntas que outros coloquem ou reagir a propostas que coloquem outros, mas nós próprios temos que nos perguntarmos qual é o papel que nós queremos cumprir ou preferimos cumprir no nosso contexto.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado por essa declaração. Tomas tentando captar tudo isso, porque essa é a pergunta básica, eu acho. Irã.

IRÃ: Obrigado, senhor presidente. O processo é bem diferente, está a pergunta 3 que teria que estar depois da pergunta número 1. Primeiro se fala de como vai abordar a política pública, processo. Na segunda, o GAC quer continuar cumprindo com seu papel de assessoria ao board? Acho que não se deve adicionar, porque é continuação da primeira pergunta, como vão ser abordados os temas de política pública. E depois se o GAC quer continuar tendo uma capacidade de assessoria como tem atualmente? Ou seja, não queremos mudanças no valor fundamental 11, nem alterar o princípio 47, nem a prova de resistência. É muito simples, temos que tomar isso para dar resposta, e depois passa uma terceira, que é uma pergunta mais geral.

---

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado. Brasil.

BRASIL: Obrigado, Thomas. Nós vemos isso como que os governos são uma das partes interessadas, em qualidade de tal, tem que participar cabalmente em todos os processos de tomada de decisões. E à respeito do board, eu acho que não se dá no momento, e não seria realista pensar que isso vai se dar, porque nós não estamos tocando a natureza jurídica fundamental da ICANN. A minha delegação, meu país, e suponho que será o mesmo para outros, seria pouco factível que um representante do governo estivesse no board de uma empresa privada que opera segundo a legislação da Califórnia. É por isso que nós insistimos, inclusive às vezes quando não nos interpretam bem, nós achamos que o objetivo último do que estamos fazendo ou não agora aqui, é que no futuro a ICANN realmente seja uma organização internacional regida pelas normas acordadas por todas as partes interessadas que incluem os governos. E isso daria confiança para participar o que se estabelecer em ICANN. Teria que ser realista, que nomear um representante para o board, que o governo nomeie um representante para o board, podemos continuar sendo acessórios, mas o GAC quer ter isso simplesmente. Eu não vejo como uma alternativa não reter essa capacidade de oferecer assessoria. Acho que não deveria se limitar a esse papel tendo ou não tendo direito à voto. Não podemos colocar limites à nossa capacidade. A respeito dos mecanismos de empoderamento para a comunidade, não sei se eles guardam coerência com a nossa circunstância particular no governo.



---

Eu diria que isso vai depender da natureza jurídica desse organismo, ou então da nossa parte. Eu diria que em princípio estaríamos interessados em participar, mas teríamos que ver as limitações jurídicas que nos evitariam, como governo da possibilidade de participar, mas somos uma das partes interessadas, que temos interesse, porque também temos a responsabilidade em particular de dar assessoria sobre políticas públicas. E acho que não deveríamos limitar-nos na possibilidade que resultaria aceitável para os nossos governos ou para nossos procedimentos.

CHAIR SCHNEIDER: Passo a palavra para Espanha.

ESPAÑA: Obrigado. A respeito de se o GAC quer participar no trabalho de empoderamento da comunidade, eu faria a seguinte reflexão. O mecanismo de empoderamento da comunidade sejam utilizados, seria possível que seja utilizado contra o assessoramento do GAC? Ou contra influência do assessoramento do GAC nas decisões que toma o board? Se nós queremos preservar o papel de assessor do GAC, nós também temos que pensar no novo cenário, que é diferente no qual estamos atualmente. No futuro, talvez as comunidade tenham ou sejam imponderadas e tenhamos instrumentos diferentes para definir o que são as decisões do board da ICANN. Também pode acontecer que essas decisões tenham base no assessoramento do GAC. Então acho que não deveríamos mencionar novamente que queremos

---

manter o papel de assessoramento, mas que queremos preservar, manter essa capacidade como assessores, e talvez, por outra parte, poderíamos sugerir que o papel de assessoramento do GAC faz parte dos estatutos fundamentais, que são difíceis de mudar, como também outras disposições dentro do estatuto. Talvez podemos pensar em circunstâncias ou motivos nas quais a comunidade não possa exercer o seu poder contra as decisões do board que tenham base nos assessoramentos do governo. Eu acho que todos deveríamos pensar neste ponto, quando vemos a nova proposta e no papel que deveriam jogar os governos no novo entorno.

CHAIR SCHNEIDER: Portugal.

PORTUGAL: Vou falar em português. Quanto a esta questão, parece-me que o que se trata aqui é uma questão cosmética, nós estamos num exercício de cosmética, e não estamos num exercício mais profundo. E infelizmente, mas uma vez, é uma oportunidade perdida. Estes exercícios que estão a ser feitos não tocam a questão mais profunda que faz sentido os governos serem assessores de uma empresa privada. Bom, parece que faz sentido para vários países, para Portugal não faz sentido nenhum. Pretendo, isso não seja entendido como Portugal estar a dizer que os governos devem ser mais ou menos, nessa entidade. Portugal está a dizer é que a ICANN deveria estar a caminhar para uma entidade internacional, onde todos stakeholders

---

envolvidos tivessem um papel igual, mas cada um no seu papel, e portanto os governos dentro da preocupação e na defesa das políticas públicas. Assim sendo, a nossa resposta é essa que esta questão, estamos num exercício de cosmética, não estamos a discutir a verdadeira questão. A accountability da ICANN vai continuar na mesma. E portanto, o que posso dizer nessa fase? Que pelo menos o GAC não perca o estatuto que nem momento tem, isto é o mínimo que devemos ter. Agora quanto ao mecanismo, ou o que vai ser, como eu não sei o que é, e como para mim não é essa a questão, para nós não é essa a questão, a questão é mais profunda, não vamos dizer este ano, nem daqui a dois anos, sei lá. Talvez discutirmos daqui a cinco, portanto neste momento acho que nossa posição é pelo menos o GAC não ter um downgrade daquilo que já tem.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado, Portugal. França e depois Irã.

FRANÇA: Continuando os exercícios... sobre o que é o ponto número 11. O GAC quer continuar jogando um papel de consulta com respeito ao que estamos fazendo. Claro que é quase que uma consequência da primeira pergunta. A questão é que o GAC tem que pensar depois se em termos do que está apresentando CCWG, quer exercer os poderes sugeridos, e como dizem o Brasil, não vejo porque não poderíamos fazer essa pergunta. E agora, na última pergunta, tem a ver com os instrumentos jurídicos que apresentaram ao CCWG para aplicar esse

---

princípio. Então na proposta que está circulando agora, temos que entrar em acordo com os participantes do CCWG e ver se é possível utilizar os poderes da comunidade. Então o GAC vai ter que ter personalidade jurídica como membro da organização, o que leva um pouco a situação em que estávamos com as unincorporated associations. Isso significaria que os estados estivessem em condições de se agrupar dentro de um grupo intergovernamental que por sua vez teria a sua própria personalidade do direito californiano, que seria um problema. Então devemos ver o que propõe o CCWG, se podem apresentar alguma medida alternativa, de forma tal que o GAC possa exercer os seus poderes.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado, França. Passo a palavra para Irã.

IRÃ: Obrigado senhor presidente. Talvez deveríamos considerar a forma em que Espanha descreveu esta situação. De forma muito correta Espanha conectou a pergunta 2 com a pergunta 3. O GAC quer ter o papel de assessor que tem até hoje? Isso significa que não estamos de acordo com o valor fundamental número 11 nem com a prova de resistência número 18 tal como estão até hoje. Mas este papel do GAC, que estará nos estatutos. Vamos supor que outra comunidade, algumas outras comunidades, SO's ou AC's querem modificar esses estatutos. Com respeito a esta condição que tem o GAC de assessoramento. Deveríamos ter a possibilidade de participar nesse

---

processo. É por isso que o direito do GAC a participar em qualquer empoderamento. É o que ganha importância nessa discussão. Então, se não queremos esse poder, as pessoas podem ir e modificar os estatutos e a condição que tem o GAC, ou sua função do GAC como membro de assessoramento. Então temos que ter poder para participar nessa votação, isso não tem a ver nada com fazer parte, continuamos sendo um órgão assessor sem fazer parte da ICANN, mas com condições para participar no empoderamento. Um deles, um desses poderes, é a modificação dos estatutos, sejam os tradicionais ou fundamentais. Eu espero que isto se remeta aos estatutos fundamentais e dessa forma tenham um limiar mais alto para poder fazer essas modificações. Nelas o GAC deveria ter a possibilidade de participação, eu acho que não deviam perder essa possibilidade. Nós aqui temos seis poderes, e podemos participar. Isso devemos discutir, isso se vincula com a pergunta 2, se queremos ter a faculdade de participar no voto, naquelas áreas que concernem o GAC, talvez não em todas, mas essas perguntas estão vinculadas entre si. Mais uma vez, ao colega da França, isso não tem a ver com fazer parte ou não. Apenas um membro é suficiente para estar em condições de levar essas questões a um tribunal. Mas não discutamos isso agora porque não estamos falando desse assunto. Estamos falando de empoderar para participar. Dar poder para participar, pelo menos em algumas áreas como estatutos que se vinculam com o papel do GAC. Sim, queremos participar aí.

---

CHAIR SCHNEIDER: Pediram a palavra dois colegas, e depois vamos fazer um recesso para o café, porque 11h teremos aqui os co-presidentes do CCWG. Fala Suíça e depois Comissão da União Africana e depois pararemos para o recesso.

SUÍÇA: Obrigado senhor presidente. Eu quero aprofundar um pouco o que disse o colega do Irã. De fato temos essa distinção entre participar dos mecanismos de empoderamento da comunidade, e no estatuto legal para exigir esses direitos. Estes são dois assuntos separados. Eu quero também fazer outra consideração. Nós mesmos estamos apresentando essas perguntas que achamos que são pertinentes para o GAC e seus membros, mas talvez não deveríamos dar por certa que a única forma de participar desses poderes da comunidade seria através do direito de voto, que propõe o CCWG. Então talvez a pergunta poderia incorporar um elemento que diga como queremos participar nesses mecanismos de empoderamento ou nesses poderes da comunidade. Porque talvez essa participação não necessariamente tenha que ser feita através de um direito de voto, podem existir outro tipo de participações.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado. Isso é justamente a distinção que queremos fazer entre a primeira e a quarta pergunta. Passo a palavra para a Comissão da União Africana.

COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA: Quanto a esta pergunta, e referindo ao GAC, se o GAC deveria se manter como intercessor, consideramos que devemos conservar a sua função de assessoramento no novo mecanismo proposto. Com respeito à prova de resistência 18, e isso também compartilhamos com o CCWG e outros colegas, achamos que é necessário e apoiamos as modificações dos estatutos. Achamos que a proposta não interfere na verdade com os métodos de trabalho do GAC. De fato, fortalece o GAC e fortalece as decisões do GAC e ao mesmo tempo melhora a responsabilidade. E se damos uma olhada no que está atualmente em vigor aqui, podemos, o board tem que responder e dar as suas explicações e assessoramento do GAC e o princípios operacionais do GAC também prevêem essa amplitude de opiniões que podem se apresentar quando não há consenso total. Então apoiamos essa proposta também.

CHAIR SCHNEIDER: Muito bem, eu acho que podem existir outras perguntas, mas nós devemos fazer um recesso. Já houve uma troca quanto à prova de resistência número 18. Eu acho que essas perguntas na verdade não são tão ruins, porque apresentaram um bom debate. Façamos um recesso agora e comecemos 11h. O que eu acho que não tocamos ainda, o último ponto, de alguma forma vamos começar a discutir, talvez Tom possa passar um pouco o slide para onde se fala dos IRP's, mas vamos fazer o recesso agora para o café, e ver o que podemos

---

conseguir de intercâmbio com os presidentes do CCWG às 11h.  
Obrigado.

[COFFE BREAK]



---

ORADOR DESCONHECIDO: 24 de junho de 2015. Reunião do CCWG e Acessórios Legais na sala do GAC. De 11 a 12h30.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado por voltar. Temos o prazer de contar com a presença dos copresidentes do CCWG e também, se não me engano, os especialistas legais que trabalharam com eles, eles também estão aqui na sala. talvez possa começar passando um relatório atualizado com relação a qual situação em que nos encontramos no GAC. Em primeiro lugar, o GAC chegou a um acordo sobre uma resposta para a proposta do CWG que será comunicada, se ainda não foi comunidade, em breve. Mais ou menos ao meio-dia. Onde basicamente, dizemos que o GAC está de acordo com enviar a proposta do CWG ao ICG fazendo referência a condicionalidade a respeito do trabalho do CCWG. Além disso, o GAC já manteve um debate intenso sobre muitos aspectos, embora nem todos relacionados com o trabalho atual do CCWG. E um ponto que ainda não tratamos profundamente são os mecanismos e RP, e temos que procurar tempo na nossa agenda para tratar essa tema. Trocamos ideias sobre o possível papel do GAC, na nova estrutura com empoderamento da comunidade, os poderes que vai receber a comunidade e que medida quer participar nisso com as diferentes modalidades. Isso produziu um debate bastante ativo, mas de nenhuma maneira chegamos a uma conclusão. Simplesmente para que vocês saibam qual a situação a qual estamos. Seria muito útil saber de vocês que atualização podem nos dar porque houve muitas sessões desde sexta-feira, talvez possam contar quais são os diferentes

---

acontecimentos. Sabemos que vocês enviaram um proposta para os comentários públicos e queríamos saber quais são as últimas novidades na discussão dentro do CCWG.

LEON SANCHEZ:

Temos uma apresentação, alguns slides para mostrar. Em primeiro lugar queremos agradecer ao GAC por nos dedicar esse tempo, nos receber. Foi uma participação muito frutífera que tivemos por parte dos membros que representaram esse comitê dentro do grupo do CCWG e por isso, estamos extremamente gratos e esperamos que a sua participação continue sendo construtiva. Como vocês sabem, a transição da supervisão das funções da IANA, da custódia das funções foi iniciada pela entidade NTIA. Vamos passar para o próximo slide. Somos parte disso. Isso começa a partir da declaração feita pela entidade NTIA e estamos esperando dar próximo passo para liberar esse trabalho que tem sobre as funções da IANA, encarregam a ICANN que coordena esse processo, se estabelece o ICG, se estabelece o CWG para poder levar a cabo a proposta da comunidade de nomes de domínio a respeito da transição. Da mesma forma fazem o CRISP e a comunidade de números de protocolos estão integradas já. Essas propostas já foram enviadas duas delas para o ICG e provavelmente, nessa próxima semana também seja enviada a proposta a comunidade de nomes de domínios para o ICG que se possa integrar uma só proposta. Dentro disso, a NTIA pediu que se estabeleça, certas medidas que reforcem a prestação de contas e a transparência dentro da ICANN. Para isso, é criado o CCWG do qual somos co-presidentes,

---

Thomas, Mathieu e eu, Felipe Sanchez. E eu queria mostrar aqui também como foi organizado o nosso trabalho dentro desse grupo de prestação de contas. O que temos encarregado é fazer uma proposta que possa reforçar os mecanismos de transparência e prestação de contas. Próximo slide. Nosso grupo foi encarregado com essa missão e concretamente temos que entregar uma proposta que permita reforçar a prestação de contas e transparência da ICANN. Para isso dividimos o nosso trabalho em duas linhas de ação, o workstream 1, que são aquelas medidas que tem que estar colocadas no lugar, comprometidas antes da transição. E por outra parte, a segunda linha de ação, o workstream 2, para isso precisamos de mais tempo, focado mais no longo prazo e não depende que seja levado a cabo a transição. Hoje nos focamos na elaboração dessa proposta de compromisso e medidas que tem que estar implementadas ou pelo menos comprometidas firmemente prévio a transição. Depois vamos continuar com os trabalhos de todo o grupo para atender as necessidades dessa segunda linha de trabalho. Próximo slide. Como estamos constituído, somos um grupo de 146 pessoas, aproximadamente, dentro dele temos 26 membros distribuídos geograficamente como podem ver na tela, de todas as regiões. E temos também não apenas representação regional, mas também dentro dos próprios grupos de interesse e os constituencies que mostram a comunidade da ICANN onde já tivemos 94 reuniões ou ligações incluídas duas reuniões presenciais que foram feitas em Frankfurt e Istambul, além da reunião de Cingapura e aqui em Buenos Aires, pensamos numa reunião proximamente em Paris, 5044 horas foram dedicadas a essa trabalho e, realmente os emails tiveram um

---

tráfego considerado. De 5043 houve voluntários que trabalharam para armar essa proposta que se refere a primeira linha de trabalho. E agora quero passar a palavra ao meu co-presidente do grupo Thomas Rickert para que explique como está se elaborando essa proposta, quais os eixos que estão se trabalhando.

THOMAS RICKERT:

Obrigado, Leon. E eu quero agradecer também o GAC por ter nos dado a oportunidade de explicar o nosso trabalho, qual a situação do nosso trabalho atualmente. Próximo slide. Se vocês lembram, vou tentar ser breve, nós chegamos a conclusão de que podíamos construir todos os mecanismos de prestação de contas, e responsabilidades necessárias para estes quatro blocos de construção. Tem a ver com a visão dos poderes e os pesos e contrapesos. Estamos utilizando a analogia do estado, das pessoas, que seria o legislativo, temos o executivo que seria o board, temos uma constituição que seriam os princípios, os valores fundamentais do estatuto da ICANN, e depois teríamos um poder judiciário que seriam os mecanismos de revisão independente. A maneira em que vão interagir esses quatro aparecem na próxima imagem. A comunidade imponderada, e vamos falar disso depois, conforme a nossa ideia atual estaria constituída pelos AC e SO atuais da estrutura da ICANN. Essas SO's e AC's teriam direito a voto na nossa proposta preliminar e previmos que todos os grupos, os AC's e SO's, exceto SSAC e RSAC, vão ter cinco votos. E dependendo da natureza especial do SSAC e RSSAC, vão ter dois votos. E pensamos que isso é o adequado para eles, essa comunidade imponderada, como chamamos

vai poder exercer certos direitos. Próxima imagem. Podem fazer duas ou três slides ao mesmo tempo. Isso a comunidade vai poder rever e vetar o orçamento da ICANN, o plano estratégico, o plano operacional e também vai ter opinião sobre o estatuto da ICANN. É importante lembrar e já advertiram que estamos estabelecendo dois grupos de estatutos, os normais, onde a comunidade, depois de um processo de consulta com o board pode vetar uma decisão tomada pelo board da ICANN depois de ser tomada, *pos factum*, para garantir que essas mudanças normais nos estatutos a comunidade tenha uma função de controle para garantir que as mudanças aos estatutos estejam alinhados com as deliberações e comunicações, participação que teve lugar, antes de que o board tome a sua direção. Isso não se deve confundir com as mudanças que se podem chegar a fazer nos estatutos fundamentais. Eles são os que o nosso grupo que são tão essenciais para as operações da ICANN, mas também como organização que precisam ser mais sólidas, embora não estejam marcadas a fogo. Temos então, para isso, a missão dos princípios fundamentais e os compromissos da ICANN. Então, reconhecemos que a ICANN não deve ir para outras áreas, sabemos que igualmente a ICANN está trabalhando num ambiente que muda rapidamente e tem que ter flexibilidade para mudar esses estatutos fundamentais. Mas se a comunidade se reúne e consegue um limiar bastante alto de votos para fazer essas modificações, vão poder fazer. Também a comunidade vai poder remover diretores individuais bem como todo o board. Quando o board decide ignorar os desejos da comunidade, ou violar os princípios que estão estabelecidos nos estatutos da ICANN, se pode dar essa situação. Mas tem que ficar claro que esse é um recurso

de última instância. Seguinte slide. Identificamos então os estatutos fundamentais, os diferenciamos dos normais. Agora vamos para a próxima imagem, finalmente, vamos trabalhar em melhorar e aprovar mecanismos de apelação independentes, para que exista uma separação, que seria esse novo IRP, ou Painel de Revisão Independente. É importante entender que a ICANN tem um processo independente de revisão. Então estamos pensando que esse mecanismo seja melhorado para ajudar a comunidade e que algumas partes, não só que se dê em resoluções sobre aspectos procedimentais, mas também sobre o fundo das questões. Ou seja, talvez a decisão não é certa, mas se seguiu o processo. E no futuro isso não vai poder ser o caso, não vai ser aceitável dentro da ICANN. Então, o IRP tem que ser mais acessível, tem que ter um custo razoável e estamos considerando tomar sete integrantes de painel e três deles tem que ser eleitos para tomar uma decisão em casos individuais. Então agora estamos abrindo a comentário público para ver se temos apoio mais amplo, mas com esses poderes da comunidade, como chamamos. Temos um amplo apoio para os temas que estamos considerando e para o processo de revisão independente existem alguns detalhes que devem ser mais alargados e depois vamos trabalhando eles. E a boa notícia é que isso pode permanecer como está. Há basicamente três áreas abertas que devemos debater. Um é a diversidade. Para isso houve um pedido para considerar a adversidade, não só que seja uma aspiração, mas tem que haver operacionalização em termos reais da diversidade. E a segunda é a abertura, precisamos elaborar um sistema que permita a mudança e pensar nas mudanças que queira a comunidade. SSAC disse que quer

---

participar como assessor e não querem ter direito a voto. Então isso podemos adotar e considerar para o futuro. E finalmente, também se olharmos o modelo de referência, ou seja, o modelo que sirva como veículo jurídico para dar poder a comunidade e exercer certos poderes, aconteceu muito desde sexta-feira passada até hoje porque analisamos os comentários públicos. E agora vou passar a palavra para outro co-presidente o Mathieu Weill para que fale sobre os comentários e consequências e como vamos continuar com nossas deliberações.

MATHIEU WEILL:

Obrigado, Thomas, eu vou falar em francês. Como já foi descrito pelo meu amigo e co-presidente Thomas, desculpem o meu francês. Que mistura né? Então, um ponto muito importante para nós, eu acho que para o conjunto da comunidade é que essa semana se realizou o trabalho sobre a coordenação do grupo sobre transição das funções de nome da IANA. E aqui tem os senhores as seis condições que foram enumeradas e estabelecidas pelo grupos de nomes, que fazem parte das condições de aprovação da proposta desse grupo antes de transmitir ao ICG. O que é importante assinalar é que essas seis condições, em primeiro lugar, estão em nosso relatório inicial e em segundo lugar, atento às contribuições que recebemos das comunidades e dos comentários públicos, o conjunto desses pontos pareceria que podem ser atingidos, são cumpridos, já que não recebemos qualquer objeção quanto aos pré-requisitos dos grupos de nomes. Então, há condições, mas temos uma confiança razoável de

poder realizar tudo isso numa previsão de tempo que seja compatível com o ICG e a transição da supervisão das funções da IANA, em geral. O seguinte slide, por favor. Quais são as outras contribuições que recebemos das comunidades? Eu não voltarei sobre os quatro pilares fundamentais, como funções e poderes suplementários, eles tem o apoio dos outros comentários recebidos. O princípio dos estatutos fundamentais também recebeu suporte tanto como definir melhor os objetivos e valorizar a ICANN. Ainda dentro desses elementos há pontos de discussão que estão em tratamento, com certeza, que vamos tratar algum desses pontos, mas fica claro que está bem definir e dizer que há proteções contra o que que poderia afetar o campo de ação da ICANN. Também a integração de revisão regular dos sistemas de melhoras contínuas, da ICANN, através de revisões da comunidade, para que a responsabilidade da ICANN seja transparente. E também outros aspectos da ICANN e do Governo dos Estados Unidos, com isso não há problemas. Há muitas questões que devemos detalhar melhor, que devemos trabalhar ainda. O processo de revisão independente, por exemplo, respeita os grandes princípios e recebem muita adesão e também há uma série de assuntos nos quais é importante continuar os nossos debates. Seja porque podemos receber contribuições da comunidade, Thomas já explicou em grandes linhas como centramos nosso ponto de vista como um modelo de membros, ou de adesão e a forma de assegurar que alguns poderes possa efetivamente ser exercidos. Já uma contribuição do governo também que tem a ver com a diversidade, no seio da ICANN, que não é um objetivo em si, mas devemos tentar melhorar essa diversidade dentro da ICANN. A prestação de contas e responsabilidade daqueles que revisam os atos



---

do board, da própria comunidade, e essas questões aparecem depois do período de comentário público. Então temos que tratar os padrões de comportamento de gestão das equipes da ICANN. Tudo isso foi deixado em evidência. Essa semana temos que continuar trabalhando nesses pontos, vamos tratar essas questões sobre as quais alguns dos governos nos alertaram. Vamos ver a forma de contribuir porque são temas conhecidos nas organizações públicas, desde já a bastante tempo. Passamos para o próximo slide que será o último. Aqui queremos simplesmente dizer que sobre sessenta contribuições, há oito que foram realizadas pelos governos que estão aqui em ordem alfabética a quem agradecemos, porque realizaram um trabalho intercomunitário. É uma contribuição regular, substancial, e com muito conteúdo. E os participantes e membros dos governos são um elemento essencial para o nosso grupo, porque aqui nós tratamos a transição e a governança que são assuntos de interesse para o GAC mas também fora do GAC. E para os capitais que olham esses assuntos de maneira séria. Eu acho que agora é importante nos centrar nas próximas etapas e estamos dispostos a responder as suas perguntas. Obrigado.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado pela apresentação. Há muito para discutir em pouco tempo, então proponho aos senhores que abramos o debate, para as suas perguntas ou comentários. Eu quero também mencionar que deveríamos utilizar uma parte dessa sessão para os assuntos do IRP, porque aí não tratamos e bom, deveríamos estabelecer uma pergunta

---

clara para pedir uma resposta aos membros do GAC como contribuição para a reunião de Paris sobre este tema, mas por enquanto, talvez outras perguntas que surjam dessa apresentação. E teríamos então que identificar um pouco melhor o que se tratou semana passada. Vejo aqui o Brasil.

BRASIL:

Quero começar agradecendo aos co-presidentes desse grupo porque reconheço a quantidade enorme de trabalho que realizaram. E realmente, eu gostaria de incentivar e esperar o seu sucesso. Eu não vou falar exatamente sobre a apresentação realiza, mas eu acho que há alguma possibilidade que podem ser exploradas ainda e que são algumas alternativas quanto ao modelo de mecanismo, que é a participação que nós temos para debater no GAC e dar a nossa contribuição. Talvez também para os nossos colegas, eu quero fazer um comentário a respeito. O tema é que temos que considerar em todo esse exercício de prestação de contas que se desenvolveu e proposto até agora. Devemos analisar de forma restritiva, porque não há liberdade então de explorar outras opções que estejam disponíveis. Na verdade nós achamos que há ideias muito interessantes que não foram levadas em conta porque não se ajustam a estrutura jurídica atual que tem a ver com as normas existentes e os procedimentos implementados. Inclusive quando os especialista jurídica possa falar e esclarecer o contexto, acho que já é uma operação pré-determinada. A nossa avaliação nesse momento está bem, porque sei que temos uma previsão do tempo, mas queremos ver no relatório final a indicação

---

por parte dos senhores de que há assuntos que não foram tratados adequadamente, que tem a ver com jurisdição, governo, problemas apresentados e que precisam ser aprofundados um pouco. Nessa etapa de transição não vamos ter tudo isso acabado, mas sim, pelo menos, passaremos a outra etapa e como já falei antes, eu peço desculpa aos meus colegas porque já me escutaram falar a respeito, temos que fazer isso de forma que não ameace os acordos e os parâmetros que já alcançamos. Mas que estamos falando de preservar a segurança, a estabilidade do processo a se entender, não estamos olhando no modelo de governança que seja de camadas intergovernamentais mas estamos pensando numa coisa que reflita normas voluntariamente acordadas que vai ter a ICANN como tal e não vamos trabalhar numa forma pré-determinada e fixa. Mas o que vamos nos adaptar a isso. E essa visão que eu menciono foi já dada pela NetMundial Houve um documento com os caminhos a seguir, e eu acho que isso vai levar que a ICANN se transforme numa organização verdadeiramente internacional, global, independente e que responda as necessidade de todas as partes interessadas. E afirmando o nosso compromisso com o processo e parabenizando-os pelo trabalho, temos confiança em que vamos ter sucesso nessa primeira etapa. Queremos ter a certeza de que o processo não pare aqui mas que continue explorando outros horizontes, sem que essa camisa de força com a qual trabalhamos continue existindo. Eu sei que talvez essa expressão não é muito feliz, mas eu acho que há uma porta aberta para sair por ela e não temos que nos limitar a ficar dentro e não ver quais são as alternativas que podemos ter. É como que talvez deveríamos utilizar as coisas que aparecem. Não estamos tocando

---

aqui os temas fundamentais, nós queremos, como governo que também faz parte da comunidade, estar dentro desse modelo que vemos refletido.

CHAIR SCHENEIDER: Obrigado, Brasil. Canadá e França pedem a palavra.

CANADÁ: Obrigado, senhor presidente, muito obrigado os co-presidentes do CCWG por estarem aqui. Mantivemos diferentes deliberações esta semana dentro do GAC quanto ao valor central 11 e a prova de resistência 18 e quero saber se os co-presidentes poderiam explicar quais são os argumentos ou processos que subjazem a essas discussões antes de continuar nossos discursos.

CHAIR SCHENEIDER: Talvez os co-presidentes possam responder a essas perguntas e depois continua com os palestrantes.

THOMAS RICKERT: Muito bem. Agradeço a participação do Brasil, porque foram muito úteis os comentários feitos. Eu acho que estamos perto de fazer mudanças fundamentais a ICANN. Há muitos que pensam que deveriam ser além disso, porque consideram útil e eu acho que estamos nos primórdios. Até a política que aplicamos é primeiro o

---

stato quo, quanto a prestação de contas da ICANN, depois vem a revisão dos comentários públicos, que obtivemos o ano passado depois o anúncio do governo dos Estados Unidos e como resultado das nossas próprias deliberações, armamos uma lista de requerimentos e condições que o nosso grupo achava que era necessário para melhorar a responsabilidade da ICANN. Isso nos levou a alguns modelos de implementação possíveis. Eu acho que o nosso grupo não abandonou alguns modelos sem pensar neles, mas fomos trabalhando com uma abordagem baseada no consenso, então estão as diferentes opções que já discutimos, trabalhamos na última sexta-feira onde as pessoas do nosso grupo foram convidadas a apresentar a visão ideal de como deveria funcionar a ICANN, inclusive do ponto de vista legal. Escutamos todas as opiniões e ficou claro que existia uma solução possível, que satisfaz a maioria dos critérios e que também gerava mais tração no grupo. Então esse é um processo interativo. Eu concordo com o senhor que devemos dar mais fundamento para as decisões tomadas no grupo, e não avançar com todas as opções que foram colocadas na consideração. Sobre o seu comentário sobre a inclusão ou ter um debate para dentro, sem ver todas as outras opções que poderiam não existir, nós realmente precisamos trabalhar com maior esforço para sermos totalmente inclusivos a nível global. Temos que ter a certeza de recebermos mais comentários da comunidade global, para poder incorporá-los a essa inclusão, para permitir avançar para um consenso. Tentamos utilizar algumas ações para ter uma chegada maior, eu acho que isso é inédito na história da ICANN, emitimos um relatório e realizamos seminários web, mas também preparamos gráficos, desenhos, como os senhores viram hoje, para

---

ajudar a ilustrar e também a compreensão daqueles que não estão acostumados a ler relatórios muito extensos e terminais de ajuda, para que fique claro o que queremos falar e fazer as contribuições necessárias. Também publicamos um relatório nos idiomas das Nações Unidas. Também valorizamos a revolução do GAC como podemos melhorar para sermos mais inclusivos. Me permitam concluir dizendo que as questões de jurisdição são consideradas por nós, porque já tratamos muito esse assunto e somos conscientes da janela limitada a oportunidades que temos do ponto de vista dos tempos, da necessidade que temos de nos centrar em alguns pontos e das mudanças requeridas para áreas de trabalho número 1. Mas as questões jurisdicionais vão ser tratadas depois também, vamos continuar tratando e dizemos que tivemos um processo de múltiplas camadas. Então, não tem a ver onde está localizada cada sede ou casa matriz, mas a lei que aplica para os contratos da ICANN, segundo as partes que contratam. Essa é uma questão de que leis devem reger os conflitos contra a ICANN e também da ICANN que sanções se aplicam as partes do contrato. Estamos analisando todos esses aspectos e o nosso grupo chegou a uma conclusão preliminar e se fazemos uma análise onde há aspectos nos quais a jurisdição atual parece ter falhas em contraposição com outras jurisdições para pode chegar ao objetivo de prestação de contas que buscamos. Também trabalhamos sobre um mecanismo alternativo de resolução de disputas e conflitos, o qual mencionamos já, para poder limitar a probabilidade de que as partes utilizem os tribunais. Queremos limitar os riscos de que uma jurisdição tenha que intervir e ter um modelo autossustentável onde tenha que existir um sistema de equilíbrios onde ninguém deva levar esses temas

---

a um tribunal. Com respeito a outro comentário do Canadá, eu passo a palavra a Mathieu.

MATHIEU WEILL:

O stress test número 18... é um stress test número 18, no qual o nosso grupo trabalhou bastante. Quero lembrar que na sua elaboração, trabalhamos através de uma mudança de regras de procedimento do GAC que passaria a modalidade de tomadas de decisões por maioria. Algumas das partes interessadas teriam a sensação de que isso modificaria profundamente e reforçaria muito a influência dos governos na ICANN. Então, havia preocupações sobre que isso respeitasse os critérios enunciados pela NTIA no processo de transição. Essa é a origem do stress test no nosso grupo, foi muito aberto para reunir toda essa informação e os casos limites. E tratando de não julgar a possibilidade, desculpem, reconhecendo as preocupações de todas as partes, porque se trata disso, das preocupações dos outros. E essas foram levadas em consideração. Existiram muitas idas e vindas com o GAC, porque mantivemos troca de correspondência referidas a este tema e eu acho que devemos destacar o tema da evolução, porque tomamos em conta a evolução nesse stress test. Então a primeira proposta que realizamos foi emendada depois de um intercâmbio entre os governos e o CCWG, finalmente emitiram sua opinião, então a formulação proposta atualmente, seja primeiro compatível com a prática atual e segundo, que não limite o GAC em evoluções posteriores das suas formas de trabalho. Então, a proposta que fizemos, quer dizer que o board da

---

ICANN quando recebe um conselho, um assessoramento do GAC, nesse caso deve dedicar ou aplicar alguns procedimentos. E esses procedimentos são obrigatórios e uma vez que a decisão do GAC foi tomada por consenso, que nós não damos precisões a respeito. Isso é voluntário, antes será feito, mas todas as partes interessadas decidimos não dar precisões. E este é um elemento importante. Esse é o estado de progresso nesse tema, sabemos que é um ponto sensível neste círculo a nível dos governos, mas também há outras partes interessadas que manifestaram suas expectativas a respeito desse stress test e achamos que é importante que as trocas continuem para ter certeza que todo mundo entendeu bem onde estamos nesse momento. E desse ponto de vista, a comunicação do GAC e dos seus membros a título individual, neste ponto vai nos beneficiar muito. Obrigado.

CHAR SCHNEIDER: Obrigado por sua participação. Passo a palavra para o Brasil.

BRASIL: Eu quero fazer uma pergunta adicional. Eu não estou tão familiarizado, há outras partes interessadas que estão sendo julgadas, digamos por esse padrão de trabalho? Porque no caso da Netmundial, nós nos organizamos com a comunidade e vimos que era bom para cada parte interessada se organizar a si próprio para dar o melhor assessoramento possível. E uma parte não interferia com a outra, porque eu acho que parte do exercício multissetorial consiste em



---

respeitar a cultura de cada parte interessada para que se organiza a si próprio e que faça as suas contribuições. Eu acho que no caso dos governos há algum mecanismos que utilizam os governos para avaliar a situação e fazer as suas contribuições, ou dar o seu assessoramento. Então eu gostaria de saber se há outras partes interessadas que objetaram esse tipo de prova de resistência. Obrigado.

MATHIEU WEILL:

Para a GNSO e para essa tomada de decisões sobre as políticas dos nomes de domínios genéricos, há normas nos estatutos que definem o nível de consenso mínimo que deve ser atingido, então existem precedentes na ICANN, sem a menor dúvida, sobre essa tema. é o que podemos responder agora.

CHAIR SCHNEIDER:

Eu gostaria de continuar com a lista de orador, de palestrantes. Primeiro passo para a Espanha, depois para o Irã.

ESPAÑA:

Muito obrigado por se reunirem conosco para dar essa informação e também para intercambiar opiniões. Quero mencionar que tem a ver com mecanismos de apelações. Em primeiro lugar, me permitam afirmar, mencionar, denunciar que a existência dos mecanismos de apelação é necessária na nossa organização que é uma organização que quer prestar contas e temos três poderes, um é o legislativo que controla o que faz o pode executivo. Então esse mecanismos de

apelações é muito importante. Falamos também do poder judiciário, não importa as políticas que se realizem, as partes afetadas deveriam ter o poder de questionar essas decisões. E esses mecanismos de apelações são mais importantes para os grupos minoritários que estão representados dentro da ICANN e cuja voz talvez não se escute com tanta força como a de outros dentro da ICANN. De todas as formas podem ter interesses legítimos que devemos considerar. Portanto, devem ter a oportunidade de questionar as decisões. Mas uma coisa mais importante ainda é que a parte interessada são grupos que não estão interessados dentro da ICANN e podem aparecer ou surgir afetadas para as decisões tomadas nesse âmbito, então, eu parabeno o grupo de trabalho por ter estado atento a essa questão, por baixar as barreiras de admissão para este mecanismo de apelação. Observamos que disposições contempladas para que esses mecanismos sejam mais acessíveis. E na medida do possível, gostaríamos de que se estendam ainda mais, já advertimos também que o padrão de revisão seja ampliado, em termos de conteúdo, não só do ponto de vista do processo, e isso achamos que é fundamental. E também observamos que para que uma pessoa utilizar esses mecanismos de apelação, tem que estar consideravelmente afetado, já ter sofrido um prejuízo para poder acessar o painel IRP. E consideramos que podem existir algumas instâncias na qual talvez o dano ou o prejuízo ainda não se produziu. Então não deveríamos evitar que essas partes utilizem esses mecanismos. Também quero mencionar que ainda temos algumas dúvidas quanto a se esgotaram todos os esforços para garantir uma independência plena do painel. O painel será pago pela ICANN. Eu me pergunto se será possível esse

---

pagamento ficar a cargo da organização da qual provém e não pagar os salários dos membros dos painéis. Eu acho que isso também ajudaria a manter a independência dos palestrantes ou participantes. Então, quanto a diversidade, é verdade que não é um objetivo principal, mas uma coisa a qual aspiramos, tendemos. E esta muito estreitamente relacionado com essa tema, poderia dizer que talvez o uso do inglês como língua de trabalho nos procedimentos pode limitar a quantidade de palestrantes que podem ser incorporados aos painéis IRP. Talvez possam dizer que isso não pode ser ou não vai ser um empecilho para um advogado, para pessoas que vem de culturas diferentes mas que não falam inglês perfeito em termos jurídicos, então, eu gostaria que esse grupo de trabalho também considerasse esse aspecto e aproveite a experiência de outras organizações onde também há painéis de arbitragem. O meu último comentário faz referência a resposta dada ao Brasil. Se eu entendi, em devida forma os senhores estão tentando evitar na medida do possível recorrer aos tribunais. Bom, talvez para um grupo minoritário, num país distante seria muito mais seguro recorrer aos seus próprios tribunais, porque tem que promover esses processos num âmbito jurídico na sua própria língua, talvez se sintam mais a vontade. Portanto, não considero que o objetivo deva ser evitar os tribunais. A possibilidade de recorrer aos tribunais sempre deveria existir, mas o que nós queremos é ter um mecanismo de apelação interno ou com suficientes garantias de independência, acessibilidade e efetividade. Obrigado.

---

CHAIR SCHENEIDER: Obrigado, Espanha. Temos que ir escrevendo aqueles pontos que salientou a Espanha, e talvez teríamos que nos concentrar na última parte da reunião, falar do painel de revisões independentes. Também queríamos enviar isso para os membros do GAC para que nos dêem alguma opinião. Não sei se querem continuar porque depois talvez haja mais perguntas sobre o IRP. Agora está Irã, França, Suíça, Marrocos, Indonésia. E depois dessas intervenções quero continuar avançando e concentrarmos no IRP, mas acho que isso ainda não foi debatido no GAC, por isso que eu quero dedicar mais tempo. Então peço a Irã e aos seguintes que sejam breves.

IRÃ: Obrigado, senhor presidente, mas infelizmente é difícil ser breve, porque há muitas coisas para falar, então acho que não podemos nos apressar, estamos falando em princípios básicos, temos que ser muito claros. Não interessa se somos breves ou não, 10 segundos, 20 segundos, continuemos com a discussão. Distintos vice-presidentes, obrigado por estarem aqui pra falar com a gente. Entendemos que para poder dar poder a comunidade para que ela exerça parte de todas as áreas do empoderamento, precisamos certa participação como membros. Existe um mínimo para esses membros, por exemplo, nós temos sete SO's e AC's. É possível ter um só membro que seja SO e AC e que os outros SO's ou AC's se beneficiem dessa participação como membro único e exerçam seu poder? Essa é a número 1. Número 2. Se não existem membros, qual é a situação então? Vamos supor que todos eles decidam que não vão ser membros. Não é necessário que

respondam agora, então, qual é a situação? Terceira pergunta, vamos supor que como RSSAC e SSAC alguém decide que não vai exercer o seu voto. Vocês disseram que vão considerar isso. Precisam considerar isso agora, vão incluí-lo no estatuto, que tem o direito de votar, mas eles decidem se vão exercer esse direito ou não. O SSAC e o RSSAC. Por que não ter uma alternativa diferente? Podemos colocar todos os SO's e todos os AC's e que eles decidam se utilizam esse direito ou não. Essa é outra pergunta que precisa de resposta. Depois, se alguém não quer votar nunca, existe uma alternativa? Porque há pessoas que estão falando de expressar uma opinião. Essa opinião vai ter alguma capacidade jurídica em termos de voto? Porque só está se expressando a opinião. Juridicamente como se entende isso? Outra pergunta. Disseram que queriam substituir ou não utilizar os tribunais com a área de resolução de disputa. São duas áreas diferentes, não se pode fazer, porque supomos que o board decide alguma coisa e discute com a comunidade, vai ao IPR, o IPR não está de acordo, vai para o tribunal, então vocês dizem que em lugar de ir aos tribunais tem que ir a resolução de disputas. Então qual é o resultado vinculante ou não vinculante? São muitas perguntas que precisam de resposta. Do nosso ponto de vista, e é o nosso ponto de vista, não devemos complicar a situação e temos tantos procedimentos complexos que é difícil realmente aplicá-lo, principalmente para países que não tem a maquinaria necessária, ou o apoio necessário legal, financeiro, se seus casos são os que estão sendo julgados ou tratados. Então acho que temos que procurar a maneira mais simples possível, não chegar a esse nível.

---

CHAIR SCHNEIDER: Vamos passar agora a palavra aos vice-presidentes, para ver se podem dar uma resposta simples. Por favor, sejam breves.

THOMAS RICKERT: Primeiro vou tomar o que disse a Espanha. Acho que as ideias são excelentes, vamos tomar tudo isso em conta quando continuarmos com as deliberações. A respeito do colocado por Irã, também quero enfatizar que o representante de Irã realmente foi muito útil em todas as nossas deliberações, mostrou um grande compromisso e espero ter tomado nota de todas as perguntas. Mas o que aconteceria se uma organização obtivesse ou decide ser um membro formal? Nós, conforme o que pensamos, obviamente temos mais reuniões e isso foi enfatizado pela ICANN ou ainda devemos continuar polindo esse modelo. Mas se existir uma organização que escolhe tomar os passos formais para sua relação com a ICANN, nós vamos estar certos de que o texto do estatuto tenha o mesmo peso para esses que não querem dar esse passo formal. Para evitar a situação, por exemplo, podemos dizer que a GNSO, que é a organização da qual eu provenho, escolhe dar esse passo formal, não tem que existir uma situação onde apenas o GNSO tenha esse direito a votar. As organizações que escolhem votar vão ter o mesmo peso e impacto nos seus votos. Mas nós queremos tomar esse processo o mais leve, o mais invasivo possível, e por enquanto, todas as organizações podem escolher não fazer nada, não tomar, não dar nenhum passo formal, a respeito do seu estado atual e a sua relação com a ICANN. Vão votar se escolhem votar e isso vai ser

---

considerado quando tenhamos que definir o limiar de votação e quando exista tração para algumas moções que se apresentam a votação. Ora bem, se o board vai cumprir com as decisões tomadas com esse grupo de SO e AC, não vai precisar de nenhum passo adicional, porque isso vai ser de maneira voluntária. Não vamos então precisar de nenhum passo adicional, somente quando uma organização decida fazer ou dar esse passo formal, aí vamos ter esse direito de executabilidade, de exigibilidade, mas existem grandes opções de que o board realmente cumpra com as decisões tomadas por esse grupo. Quer dizer, vamos ter que fazer uma redação, não se há condição de todas as organizações ter que estar incluídas no estatuto ou se vamos ter um reflexo da situação atual, das respostas que temos no estatuto. Como o SSAC e o RSSAC, talvez, o GAC devido a sua natureza específica e limitada não queiram exercer o direito a voto, isso também vai se ver refletido no estatuto. O sistema pode estar aberto a mudanças no futuro. A arbitragem é vinculante, nós precisamos saber que não pode haver ida e volta como dissemos em três decisões do board ou IRP, então temos que considerar todos os aspectos, mas as decisões do IRP tem que ser vinculantes, então há possibilidade de ir aos tribunais e ver diminuída. Mas quero ser claro com tudo isso. Os poderes das comunidades que nós incluímos na proposta, as vias de escalamento através das decisões tomadas por esse grupo da comunidade, vai ser um recurso de última instância. Vão existir mecanismos de participação e consulta prescritos antes de que o board tome uma decisão. Então, com isso nós esperamos manter uma cultura onde as decisões do board da ICANN estejam impulsionadas pelo consenso e só se utilize o mecanismo do voto

---

quando o board da ICANN não tome em conta os desejos da comunidade.

MATHIEU WEILL:

Embora os princípios dos sistema vão estar os estatutos, muito bem, eu espero, são uns meses apenas. Vamos garantir que isso seja flexível e vou dar exemplo. Exemplo número 1. O comitê assessor do servidor raiz com que nos reunimos ontem disse, bem agora nós somos um comitê assessor, estamos indicados pelo board da ICANN, temos uma missão, um foco muito limitado e então não queremos participar nesse sistema de votação. Mas pode ser que no futuro queiramos nos organizar como uma comunidade e talvez, não, cinco, dez, quinze anos, vamos ser uma das organizasses da ICANN. Isso pode ser algo factível, porque eles tem um papel muito importante a cumprir na segurança e estabilidade do DNS. Devido a isso, nós confiamos em que se, às vezes, em algum momento se pode dar isso, que vai haver mudanças no estatuto, nosso sistema vai se ajustar a isso, vai se adaptar e eles vão dizer, queremos votar agora. Essa flexibilidade significa que em algum momento, vamos ter uma internet das coisas e uma organização de apoio das coisas, isso pode acontecer no futuro. E isso significa que quando temos um relatório, isso não vai ficar fechado sobre quem tem direito de voto, etc. Vai haver flexibilidade incorporada no sistema para tudo isso. E isso também então, se estende a salvaguardas estabelecidas a mudanças aos estatutos ou as disposições dos estatutos. Não quer dizer que com isso vamos congelar a estrutura da ICANN daqui pra sempre. Temos uma



---

responsabilidade muito importante, mas vai poder se adaptar isso ao futuro.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado. Tenho cinco pedidos de palavra e só temos vinte minutos. Meu plano é que os últimos quinze minutos fossem dedicados ao IRP, porque de maneira contrário, acho que não vamos ter tempo de falar disso no GAC. Depois vamos começar com a redação do Communique, então a minha pergunta é o que preferem, falar primeiro aqueles que não vão falar sobre o IRP ou tem a possibilidade de dar uma resposta e reunir tudo e ficar mais um pouco para além do meio-dia e meia, e falar sobre o IRP? Temos que estruturar o debate para poder tomar todos os pontos em consideração. Tenho França, Suíça, Marrocos, Indonésia e Egito. Para todos os temas não vinculados com IRP fecho a lista agora. Peço que falem rapidamente, depois o pessoal da CCWO podem ir. Não vejo objeções, então vamos ver se isso funciona. França, por favor.

FRANÇA:

Muito obrigado, senhor presidente. A voz da França se une para parabenizá-lo. Também estamos de acordo com o Brasil a respeito do marco jurídico e devemos sublinhá-lo na sua apresentação ao CCWG. Esperamos, como muitos outros, que a questão da jurisdição seja considerada depois e não se perca tudo quanto falamos até aqui. Tenho quatro pontos que quero apresentar. Primeiro ponto, o mecanismo de empoderamento da comunidade. Sabemos que o

CCWG voltou a proposta inicial, então é uma sorte nessa medida que seja exigido a qualquer estado que tenha personalidade jurídica num direito estrangeiro, isso vai ser um tema sem precedentes. Agora vamos para a proposta nova do CCWG, espero que isso não coloque os governos na mesma situação, vamos ter que fazer uma nova análise profunda por parte dos diferentes departamentos jurídicos. Meu segundo ponto tem a ver com risco de captura do novo marco institucional da ICANN, da mesma maneira consideramos que o modelo inicial do CCWG se arriscava a ser capturado por um grupo de indivíduos, esperávamos que as partes interessadas tivessem em conta tudo quanto parecia na declaração da Netmundial. Sabemos que essa questão é levada muito a sério dentro do quadro da ICANN. Também salientamos que isso vai de mãos dadas com a adoção de uma política muito importante quanto a nova ICANN, e o seu board, o IRP e todos esses temas. Uma observação rápida sobre os mecanismos de apelação ou recurso. Os dois princípios mais importantes que guiaram a sua reflexão sobre a questão, estamos totalmente de acordo, sabemos que as decisões do IRP são obrigatórias e que isso tem a ver não apenas com as políticas da ICANN, mas também com a conformidade das decisões do board. Não apenas com o que se pede mas com os estatutos. como dissemos, temos um problema com a maneira que o CCWG encara a implementação disso. Trabalhamos muito duro com nossos companheiros que estudaram as consequências de recorrer a uma arbitragem internacional e entendemos a preocupação que é legítima. Na próxima reunião do CCWG vai se abordar isso em Paris. Um comentário sobre esse ponto, queremos lembrar que o objetivo do processo de melhoria da

---

responsabilidade da ICANN não é expor a ICANN das decisões dos tribunais nacionais. As duas questões se misturaram aí. E o último ponto que vai para a minha única pergunta com relação as provas de resistências 18 e o core value 11, já dissemos no nosso comentário publicamente e repito, pensamos que as emendas aos estatutos mostram uma tendência a questionar voluntariamente a responsabilidade dos governos e as autoridades públicas em matéria de política pública. Tomamos nota do fato de que não é uma visão compartilhada por todos os membros do GAC, alguns deles não estão de acordo com as modificações propostas. Também insistimos sobre o fato de que queremos conservar as coisas tal como estão até agora. O que aconteceria se o GAC não pudesse adotar a proposta final do CCWG, em Dublin, o que faríamos? Obrigado.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado. Vamos (inint) [01:11:23] as suas perguntas. Passo a palavra para a Suíça.

SUÍÇA: Quero agradecer pela apresentação dos co-presidentes e do CCWG para o GAC. Como participante do grupo e membro do GAC, eu gostaria de assinalar ou lembrar o fato, como falou o Thomas Rickert, que nós estamos aqui perante mudanças fundamentais nas estruturas. Em segundo lugar, só agora estão se assentando as coisas e temos uma imagem mais clara de quais podem ser essas novas estruturas, este novo marco de trabalho. O terceiro ponto é que nós estivemos

---

escutando alguns dos líderes dessa comunidade que fixaram como data limite o ano de 2016. Então também temos que levar em conta esse prazo. Em quarto lugar, eu acho que hoje estamos sendo testemunhas de um debate muito substancial e interessante dentro do GAC e como já foi explicado, acho que vão existir várias contribuições para o CCWG, para o encontro que vai realizar em Paris. Eu quero destacar mais uma vez que talvez os senhores recebam contribuições criativas dos membros do GAC sobre as formas possíveis que vê o GAC para fazer parte dessa nova estrutura. Talvez uma forma de pedir que tenham a mente aberta, porque talvez não se trate de um sim ou não. A resposta para a proposta que os senhores fazem pode não ser sim ou não, mas agora que estão um pouco mais claras, possam receber contribuições mais criativas. Eu acho que seria útil que todos tivéssemos a mente aberta. Obrigado.

CHAIR SCHNEIDER: Passo a palavra para Marrocos.

MARROCOS: Obrigado, senhor presidente. Em primeiro lugar quero como meus outros colegas manifestar o meu reconhecimento pelos esforços consideráveis realizados pelo grupo de trabalho sobre a responsabilidade da ICANN e prestação de contas. Para nós isso merece ser incentivados e além disso eu tenho um comentário, uma opinião, uma reflexão e uma pergunta. Eu vou começar pela pergunta. A nossa delegação vê este processo como uma dinâmica virtuosas

---

para chegar ao modelo mais inclusivo, transparente, mais responsável, que destacará a transparência e a prestação de contas da ICANN. Claro que nós somos ambiciosos e temos que ser realistas, devemos levar em conta as preocupações de todos e consideramos este trabalho como uma etapa dentro de um longo processo, como já falou o presidente da ICANN hoje de manhã. É um processo que devemos melhorar, enriquecer e reforçar no futuro. Passarei agora a reflexão e acho que o slide que está aqui na nossa frente faz com que eu reflita sobre a quantidade de países que responderam ou que tiveram uma reação perante a proposta do grupo de trabalho. Há oito países entre 152 membros do GAC observadores, isso significa menos de 5%, ou 5% dos países. Isso deveria fazer com que surgisse uma reflexão dentro do próprio GAC. Como podemos falar de um modelo inclusivo, se não tentamos reabilitar as comunidades e refletirmos sobre a forma de reforçar as capacidades dos países em desenvolvimento, em especial os países africanos em termos de participação, de sensibilização, de trabalho, de proximidade. A minha pergunta aos co-presidentes sobre os laços, as relações e as dependências entre os grupos de trabalho sobre a transição da IANA e quais são as etapas que prevêm para esse trabalho. Muito obrigado.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado Marrocos.

---

INDONÉSIA:

Estava escutando algumas palavras, me desculpe, eu queria talvez poder falar em francês, mas eu quero falar sobre a jurisdição da organização. Outra abordagem é considerar os processos de resolução de disputas e nesse sentido, quero saber como se vincula isso com o grupo da sociedade de internet no mundo todo. A parte disso, um país pode aplicar os esforços necessários dentro do seu próprio país, então podem surgir também dentro conflitos, controvérsias, quando alguns países querem aplicar a lei do seu país ao sistema de internet. Mas não devemos esquecer esse problema. Quero mencionar a proposta do grupo das Nações Unidas sobre a governança da internet sobre ter uma convenção dos países para governança da internet. Isto já foi mencionado no discurso breve do ministro e do GCCS. Nesse último evento se apresentaram as possibilidades de ter uma convenção desse tipo, depois então essa seria uma convenção que deveria respeitar o país e não poderia aplicar suas próprias leis da forma que ele quer. Se nós acordamos os estatutos da organização que são vinculantes para todos nós então, poderíamos ter essa convenção e acordarmos os termos. Então ninguém poderia aplicar outra forma que não seja aquele que está determinado. Isso levaria tempo, claro, não estou dizendo que devemos ter uma convenção do GAC e sim, uma convenção de países, mas muitos de nós representamos países. Então, deveríamos começar a ver isso separado de todos os processos do CCWG, do CWG, para encontrar problemas possíveis ou abordar problemas possíveis no futuro. Então talvez possamos começar a refletir em como evitar esses problemas no futuro, tendo uma coisa separada das outras propostas, fazer uma convenção que aplique para todos nós. E o GAC pode começar, não precisa ser uma convenção das

---

Nações Unidas, pode ser uma convenção do GAC, desde que conte com o acordo de todos os países. Claro que nós vamos cumprir os estatutos da organização e o processo de resolução de controvérsias, e não a legislação própria de um país. Eu entendo que alguns países tem também uma jurisdição extraterritorial onde um crime cometido em outro país mas que ocasionam um dano no seu próprio país pode ser um delito para o seu próprio país, embora não seja para as leis do outro país. Isso é muito complicado, porque há muitos países, mas com uma convenção desse tipo, poderíamos deixar de lado as diferenças e poderíamos cumprir, simplesmente o estatuto da organização.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado Indonésia. Agora passo a palavra para o Egito.

EGITO:

Muito obrigado, senhor presidente. Obrigado pela apresentação, pelo tremendo trabalho realizado e por ser flexível para receber novos modelos como sugestão. Eu volto aqui, já falaram outros colegas, o colega do Irã, quanto a flexibilidade do modelo onde as SO's e as AC's possam manifestar seu interesse de exercer o poder de voto numa etapa posterior. Eu entendo que isso deveria se refletir nos estatutos. Isso ficaria sujeito ao ciclo de modificações dos estatutos normais, ou seja, que não teria vigência até um período de comentários públicos? Ou como seria? Isso vai acontecer de forma imediata? E também, isso estaria sujeito a um período de comentários públicos? Ou algum outro

---

tipo de aprovação por parte da comunidade, se uma SO e uma AC solicitassem dito poder? Obrigado.

CHAIR SCHNEIDER: Muito bem. Há recebido muitas contribuições e comentários, vamos ver se podem dar alguma resposta.

MATHIEU WEILL: Vamos fazer um breve comentário a respeito quanto a mudança da ICANN, é uma mudança estrutural, então, conforme os princípios da ICANN, isso deve passar pelos comentários da comunidade. E o processo que estamos descrevendo para as mudanças estatutárias, aí haveria muita coordenação dentro da comunidade nessas modificações. Também eu quero fazer referência a duas preocupações quanto ao procedimento já mencionadas. Houve muitos outros comentários muito úteis para levar em conta. Entendo que muitos dos membros do grupo e participantes estão aqui escutando com atenção para ajudar o nosso trabalho. Então estamos tentando manter uma mente tão aberta quanto possível nesse processo, porque eu acho que é condição para ter sucesso. O que acontece se o GAC ou outra organização constituinte não aprova o relatório final, uma vez que foi emitido em Dublin? Tecnicamente, esta é uma possibilidade que está descrita na carta orgânica do CCWG, o que indica a carta é que o CCWG pode a seu critério reconsiderar questões para comentários públicos e também apresentar as organizações constituintes um rascunho suplementar que leve em consideração as inquietações apresentadas.



---

Então, podemos ter um relatório suplementar, uma decisão que podemos tomar, e caso seja assim, podemos pensar se recebemos outro período de comentários públicos. Com o cronograma de tempos que estamos levando em conta e os prazos que estamos levando em conta, isso levaria a risco toda a transição, porque pelas condicionalidades, pelas partes que tem a ver com o trabalho da comunidade de nomes sobre a transição da custódias das funções da IANA. E também, como ficou claro, por parte da NTIA, que só consideraria um pacote completo que incluía também a proposta de prestação de contas, entendemos então que só funcionaria assim, que deixaria em risco a transição. Então não temos muita chance de plano B. Respeito os prazos, mas como vamos coordenar com o ICG e as outras propostas? Estivemos trabalhando bem próximos ao CWG nos últimos meses, também tratamos de ter uma melhor coordenação com o ICG, porque agora eles são os que estão a cargo desse trabalho, e continuamos interagindo. Em Dublin, ao passo que segue será que dependendo ou devido as dependências, quanto ao trabalho do nosso grupo, o CWG sobre a transição teria que certificar que as nossas propostas cumprem com as suas condições. E essa certificação seria entregue a todas as organizações constituintes como parte do processo da proposta definitiva. Esse tipo de coordenação que estamos considerando. Senhor presidente, não vou levar mais tempo porque acho que precisamos avançar.

---

**CHAIR SCHNEIDER:** Muito bem, obrigado. Eu sugiro que dediquemos quinze minutos para fazer uma troca de comentários e opiniões com os senhores membros do GAC sobre os mecanismos de revisão independentes. Nós já escutamos algumas opiniões sobre alguns elementos que podem ser importantes para governos como Espanha e França, então, por favor, compartilhem suas opiniões ou façam as suas perguntas sobre os elementos dos mecanismos de revisão independente. A pergunta rascunho que tínhamos até agora e que depois enviaríamos para os senhores para receber comentários sobre a data do 10 de julho era de que forma as melhores propostas ao IRP seriam satisfatórias para as necessidades de políticas públicas e dos governos? Por exemplo, em termos de aumentar a transparência, aumentar o foco, etc. Essa é a pergunta que nós estamos tentando utilizar como guia para receber comentários e fazer depois comentários a respeito do seu trabalho. Então vamos tentar centrar o trabalho no IRP e manter algum intercâmbio de opiniões a respeito. Talvez aqueles que já fizeram comentários no período de comentários públicos podem começar. A comissão da União Africana tem a palavra.

**COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA:** Obrigado, senhor presidente. Quero agradecer os co-presidentes do CCWG pela apresentação. Eu tenho duas perguntas que talvez já foram tratadas. Eu acho que de alguma forma são impostas pelo board em termos gerais. Com respeito ao mecanismo de reparação provisória que está sendo proposta e a pergunta aqui é a seguinte, essa reparação interina permitiria qualquer ação tomada pelo board que

---

tenha consequências sérias sobre a capacidade da ICANN para funcionar? E neste caso, vou mencionar um exemplo, em maio, o IRP emitiu uma decisão sobre um conflito no qual um país que tomou uma decisão final. Então a pergunta seria, tem a ver se com essa decisão é definitiva ou não? E depois, um painel que não entende talvez as funções da ICANN ou da GAC, então, talvez tenha a tendência a se desviar da questão, do assunto principal e se centrar nas questões de processos e não de conteúdo. E a outra pergunta tem a ver com os prazos. Não deveríamos estabelecer um prazo para quando um painel deveria emitir suas decisões? Agora temos um painel com um trabalho que na verdade não sabemos quando vamos ter uma decisão e hoje de manhã fizemos a pergunta ao board e não tinha uma resposta. Então poderiam ser dois meses, seis meses, seis anos ou vinte. Obrigado.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado a Comissão da União Africana. Alguém quer responder algum comentário adicional? Quem quer assumir a palavra, aproveitem, por favor.

LEON SANCHEZ:

Obrigado a Comissão da União Africana pelos comentários. Claro que vamos levar em conta das discussões dessa semana e vamos continuar tratando as diferentes preocupações apresentadas.

---

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado. Algum outro comentário adicional sobre os processos de revisão? Espanha pede a palavra.

ESPAÑA: Eu não quero tomar muito tempo para ampliar o que já disse, mas talvez seria saudável ter os acessórios legais aqui respondendo também as perguntas sobre o IRP, não sei se estão na sala?

MATHIEU WEILL: Sim, estão aqui.

CHAIR SCHNEIDER: Sim, então podem fazer a pergunta a eles.

MATHIEU WEILL: Eu vejo eles aqui na sala, mas eu acho que não é necessário sempre pedir aos advogados a resposta para perguntas assim na hora, porque se eles não fizerem uma investigação prévia, se não conhecem os detalhes ou as consequências, talvez a resposta não ser agora. Mas eles estão escutando, eu sei disso. Se você tem uma pergunta específica, por favor, pode realizá-la.

ESPAÑA: Com respeito aos efeitos das decisões dos IRP's, na proposta se menciona que a decisão pode ser exigida perante os tribunais dos

---

Estados Unidos ou de qualquer outra jurisdição onde ICANN possa promover um litígio ou contestar um litígio. E numa das provas de resistências, não lembro bem qual número, está previsto que no caso de que o board não cumpra a decisão do IRP, o painel da comunidade pode ter um efeito sobre o board por essa decisão de não aceitar a decisão do IRP e não implementar essa medida disposta pelo IRP. Então, poderia expulsar ao board por esse motivo. Então, surge-me a pergunta de que se a natureza precisa da resolução adotada pelo IRP, se o mecanismo interno que a comunidade pode aplicar sobre o board da ICANN, através de meios indiretos, por exemplo, expulsando o board caso seja necessário? Ou é vinculante para ambas as partes esse litígio? Então, se a ICANN não cumpre com essa resolução, as partes que prevalecem no conflito devem recorrer a um tribunal para que se exija que a ICANN cumpra com essa decisão? Qual é a natureza legal da resolução adotada pelo IRP?

CHAIR SCHNEIDER: Quem quer responder essa pergunta?

THOMAS RICKERT: Eu acho que essa é uma pergunta que tem a ver mais com a arquitetura do mecanismo da prestação de contas e como isso joga processo. No que nós pensamos agora, as decisões da IRP tem que ser vinculantes para o board. E o que acontece se o board não cumpre essa decisão do IRP? Então, nesse caso há dois outros poderes da comunidade que podem exercer esse poder. Um seria remover os

---

diretórios, sendo individual, ou remover o board por completo. Existe um risco de que haja necessidade de ir a um tribunal para realmente executar a decisão tomada pelo IRP e eu acho que é teórica apenas, porque no caso a comunidade pode participar e dizer, pronto, se o board não quer tomar essa resolução nós podemos remover o board. Então a ICANN é uma organização que tem muita vigilância global e é pouco provável que um membro do board ou que o board em seu completo, ignore ou desconheça uma decisão porque é uma supervisão pública. Então sim, a comunidade pode removê-los. Então nós pensamos que essa pode ser muito remota a possibilidade ou a probabilidade de remover o board, é maior que a possibilidade de recorrer a um tribunal para que se cumpra uma das decisões do painel de revisão independente.

CHAIR SCHNEIDER: Passo a palavra para o Irã.

IRÃ: Antes quero fazer umas reflexões sobre o que o nosso co-presidente do CCWG respondeu. Em primeiro lugar as perguntas. Temos algumas preocupações que tem a ver com a composição deste painel. Nos preocupam os números, a forma proposta, porque atualmente isso depende do board da ICANN e nós queríamos tem um esclarecimento de porquê acontece isso. Agora o que falou a Espanha e a resposta que deu o co-presidente, se uma decisão impugnada pela comunidade e decidem ir ao IRP onde se toma uma decisão, não há

---

automaticamente uma resolução no board, porque eu poderia dizer que essa decisão vinculante não é coerente com as nossas obrigações fiduciárias. E quem vai responder isso para o board? É apenas um tribunal que vai fazer ou existe outro processo? Porque não podemos dizer que nenhuma decisão é vinculante porque a ICANN tem obrigações fiduciárias, isso não é correto com as obrigações fiduciárias, o que esperamos que aconteça? Eu tenho que ir para um tribunal e embora assim, estou em dúvida se o sistema de resolução de disputas pode substituir um tribunal. É diferente, difícil de dizer, pelo o que falamos hoje pelo board, falar de uma jurisdição, porque por enquanto não há qualquer dúvida que vai ser a jurisdição da Califórnia. Então há pessoas que tem diferentes tipos de jurisdição e acho que tudo ficaria na jurisdição da Califórnia, quando as partes tem diferentes jurisdições.

MATHIEU WEILL:

Em primeiro lugar, sobre o ponto inicial, que tinha a ver com processos de seleção, parte dos comentários que nós recebemos, os comentários públicos, e que realmente estamos considerando quando analisamos a proposta, são reflexo dessa situação. É um jogo entre os diferentes mecanismo, como o senhor mencionou. Temos que garantir que isso esteja armado de forma adequada para que não fique bloqueado. Um desses mecanismos que será muito útil é que o IRP, se não tem poderes vinculantes não tem o poder de revisar a política. Única coisa que posso dizer é, eu confirmo essa decisão, posso dizer, essa decisão é nula. E pronto. Agora como consequência, as possibilidades de

---

interferir com as obrigações fiduciárias do board são muito limitadas, muito limitadas. Eu espero que isso nos permita então, armar esses mecanismos como para não chegar a situação de bloqueio que o senhor acaba de definir.

CHAIR SCHNEIDER: Há um pedido de palavra da Comissão da União Africana.

COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA: Uma das minhas preocupações não só tem a ver com a composição dos membros do painel e a distribuição geográfica dos membros, mas também as competências desse painel. No caso de .AFRICA nós víamos um painel que fazia algumas perguntas que realmente não eram pertinentes para o processo em si. E há pessoas que demoram o processo e o captura, sequestra de forma que não é benéfico para a ICANN. Então, nós temos que ter um painel que entenda não só os processos da ICANN, os mecanismos e políticas, mas que possa colocar em contexto a respeito de outras coisas que tinha a ver com a área que se está analisando. Isso é muito importante. A minha outra preocupação tem a ver com o fato de que de agora em diante, as suas decisões podem ser vinculantes para o board, quando tomo uma decisão, a auditoria, é uma auditoria, se me permitem dizer, mas tomando o sistema do refém de onde qualquer um pode falar, ah, eu quero um processo IRP e pare os outros trabalhos. Então, eu acho que isso não beneficia ninguém. Por favor, levem isso em consideração. Obrigado.



---

LEON SANCHEZ: Obrigado Comissão da União Africana. Sim, nós estamos levando isso em conta. É por isso que esse painel permanente será escolhido pela comunidade. Vamos ver os detalhes para as qualificações que tenham que ter os palestrantes. E também, vamos ver quais podem ser as salvaguardas para que esses IRP's não sejam utilizados como mecanismos de extorsão contra a comunidade e contra a corporação em sim, então, muito obrigado pelas suas palavras.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado. Se não há qualquer outro pedido de palavra... Irã que falar? e depois vamos tentar encerrar a sessão.

IRÃ: Sim, eu quero chamar a atenção dos membros. Não é que devem levar em consideração, tem que fixar ideias claras de como será convocado e não que todos podem tomar. Há critérios claros que podem ser tomados e depois começa o processo.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado Irã. Eu acho que todos precisamos ir para o almoço. E com isso eu quero agradecer os co-presidentes e todos que participaram nessa sessão. Vamos agora recomeçar a sessão duas horas da tarde, como GAC, para ter um breve debate como continuar com esse tema e

---

depois vamos passar a redação do Communique. Obrigado a todos pelo debate.

THOMAS RICKERT: Obrigado.

CHAIR SCHNEIDER: Aproveitem o almoço. Também eu digo, em particular, uma pessoa que vai poder aproveitar o almoço porque é seu aniversário. Parabéns, Tom Dale.

[ALMOÇO]

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]